



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SIMULADO PREPARATÓRIO

2º SIMULADO

ANALISTA JURÍDICO (PRÉ-EDITAL)

Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contém 60 questões objetivas.

Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.

Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.

Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.

Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta azul ou preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.

A duração da prova é de 4 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.

Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridos 75% do tempo de duração da prova.

Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno, podendo levar apenas o rascunho de gabarito, localizado em sua carteira, para futura conferência.

Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.

Nome do Candidato

RG

Inscrição

Prédio

Sala

Carteira



FOLHA DE ROSTO ORIENTATIVA PARA PROVA OBJETIVA

LEIA AS ORIENTAÇÕES COM CALMA E ATENÇÃO!

INSTRUÇÕES GERAIS

- Atenção ao tempo de duração da prova, que já inclui o preenchimento da folha de respostas.
- Cada uma das questões da prova objetiva está vinculada ao comando que imediatamente a antecede e contém orientação necessária para resposta. Para cada questão, existe apenas UMA resposta válida e de acordo com o gabarito.
- Faltando uma hora para o término do simulado, você receberá um *e-mail* para preencher o cartão-resposta, a fim de avaliar sua posição no *ranking*. Basta clicar no botão vermelho de PREENCHER GABARITO, que estará no *e-mail*, ou acessar a página de *download* da prova. Você deve fazer o cadastro em nossa plataforma para participar do *ranking*. Não se preocupe: o cadastro é grátis e muito simples de ser realizado.
 - **Se a sua prova for estilo Certo ou Errado (CESPE/CEBRASPE):**
marque o campo designado com o código C, caso julgue o item CERTO; ou o campo designado com o código E, caso julgue o item ERRADO. Se optar por não responder a uma determinada questão, marque o campo “EM BRANCO”. Lembrando que, neste estilo de banca, uma resposta errada anula uma resposta certa.
Obs.: se não houver sinalização quanto à prova ser estilo Cespe/Cebraspe, apesar de ser no estilo CERTO e ERRADO, você não terá questões anuladas no cartão-resposta em caso de respostas erradas.
 - **Se a sua prova for estilo Múltipla Escolha:**
marque o campo designado com a letra da alternativa escolhida (A, B, C, D ou E). É preciso responder a todas as questões, pois o sistema não permite o envio do cartão com respostas em branco.
- Uma hora após o encerramento do prazo para preencher o cartão-resposta, você receberá um *e-mail* com o gabarito para conferir seus acertos e erros. Caso você seja aluno da Assinatura Ilimitada, você receberá, com o gabarito, a prova completa comentada – uma vantagem exclusiva para assinantes, com acesso apenas pelo *e-mail* e pelo ambiente do aluno.
- Não serão realizadas correções individuais das provas discursivas.

Em caso de solicitação de recurso para alguma questão, envie para o *e-mail*:

treinodifcil_jogofacil@grancursosonline.com.br.

Nossa ouvidoria terá até dois dias úteis para responder à solicitação.

Desejamos uma excelente prova!



FICHA TÉCNICA DO MATERIAL

GRANCURSOSONLINE.COM.BR

CÓDIGO:

2412051790M

TIPO DE MATERIAL:

Simulado Preparatório

NUMERAÇÃO:

2º Simulado

NOME DO ÓRGÃO:

Ministério Público do Estado de São Paulo
MP SP

CARGO:

Analista Jurídico

MODELO/BANCA:

Vunesp

EDITAL:

Pré-Edital

DATA DE APLICAÇÃO:

12/2024

ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO:

12/2024

Este material está sujeito a atualizações. O Gran não se responsabiliza por custos de impressão, que deve ser realizada sob responsabilidade exclusiva do aluno.

MP SP – 2º SIMULADO – ANALISTA JURÍDICO (PRÉ-EDITAL) – 2412051790M

**CONHECIMENTOS GERAIS
LÍNGUA PORTUGUESA**

LETÍCIA BASTOS

Leia o texto abaixo para responder às questões de 01 a 08.

Por que a geração Z e os *millenials* não atendem mais o telefone

1 "Olá, esta é a caixa postal de Yasmin Rufo. Por favor, não deixe mensagem, pois não vou ouvir, nem ligar de volta."

Infelizmente, esta não é a mensagem da minha caixa postal. Mas eu certamente gostaria que fosse, bem como a maior parte dos jovens da geração Z (nascidos entre 1995 e 2010) e dos *millenials* (nascidos entre 1981 e 1995). Uma pesquisa recente concluiu que 25% das pessoas com 18 a 34 anos de idade nunca atendem o telefone. Os participantes responderam que ignoram o toque, respondem por mensagens de texto ou pesquisam o número online se for desconhecido. A pesquisa do site Uswitch envolveu 2 mil pessoas. Ela também concluiu que cerca de 70% das pessoas com 18 a 34 anos preferem mensagens de texto a chamadas telefônicas.

10 Para as gerações mais velhas, falar ao telefone é normal. Meus pais passaram a adolescência brigando com seus irmãos pelo telefone fixo no corredor, o que só fazia com que toda a família ouvisse as suas conversas. Já a minha adolescência foi passada em mensagens de texto. Fiquei obcecada por elas desde o momento em que ganhei meu Nokia cor-de-rosa de presente de aniversário, com 13 anos de idade.

Eu passava todas as noites depois da escola redigindo textos de 160 caracteres para os meus amigos. 15 Eu retirava todas as vogais e espaços desnecessários, até que a mensagem parecesse um grupo de consoantes aleatórias que os próprios serviços de inteligência teriam dificuldade de decifrar. Afinal, eu nunca iria pagar a mais para escrever 161 caracteres.

E, em 2009, as ligações telefônicas do meu celular custavam uma fortuna. "Nós não demos este telefone para você fofocar com suas amigas a noite inteira", lembravam meus pais sempre que recebiam minha conta telefônica, todos os meses. Foi assim que surgiu uma geração de pessoas que só se comunicam por texto. As ligações por telefone celular eram para emergências e o telefone fixo era usado raramente para falar com os avós.

(Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cwyw96x064eo>. Acesso em: 12 de novembro de 2024).

01. De acordo com o texto, um dos fatores que explica a preferência da geração Z e dos *millenials* por mensagens de texto em vez de chamadas telefônicas é:

- (A) a falta de tecnologia para realizar chamadas gratuitas entre amigos e familiares.
- (B) a dificuldade de compreensão de mensagens de texto por pessoas de gerações anteriores.
- (C) a ausência de um hábito familiar que envolva o uso frequente de telefones fixos.
- (D) o custo elevado de chamadas telefônicas, especialmente no início da popularização dos celulares.
- (E) o desejo de evitar conversas longas e detalhadas, optando por mensagens curtas e rápidas.

02. Com base no texto, é possível concluir que a preferência da geração Z e dos *millenials* por mensagens de texto em vez de chamadas telefônicas reflete:

- (A) uma adaptação às experiências de comunicação adquiridas durante a adolescência, quando as mensagens de texto eram uma opção mais acessível e prática.
- (B) a total aversão de ambas as gerações por qualquer tipo de contato verbal, preferindo exclusivamente a comunicação escrita.
- (C) o desprezo pelas formas de comunicação usadas pelas gerações anteriores, considerado ultrapassado e inadequado.
- (D) uma falta de habilidade em conduzir conversas ao telefone devido ao foco em tecnologias mais recentes.
- (E) a necessidade de manter a privacidade em suas comunicações, algo que não é possível ao falar ao telefone.

03. De acordo com o texto, a mudança na forma de comunicação da geração Z e dos *millenials*, comparada à das gerações anteriores, pode ser explicada principalmente pelo(a):
- (A) maior capacidade dessas gerações de lidar com tecnologias complexas, o que reduziu a necessidade de chamadas telefônicas.
 - (B) avanço nas políticas de privacidade das comunicações eletrônicas, promovendo o uso de mensagens de texto.
 - (C) contexto econômico e cultural em que essas gerações cresceram, em que o custo das chamadas telefônicas e a praticidade das mensagens de texto moldaram seus hábitos comunicativos.
 - (D) preferência inata dessas gerações por métodos de comunicação escrita, em detrimento da comunicação verbal.
 - (E) rejeição ao uso do telefone, por considerá-lo um meio antiquado e invasivo, preferindo o anonimato das mensagens.
04. Com base no texto, é correto afirmar que a preferência da geração Z e dos *millenials* por mensagens de texto, em vez de chamadas telefônicas, revela:
- (A) uma habilidade inata para lidar melhor com comunicação escrita do que verbal.
 - (B) uma tendência dessas gerações a evitar qualquer tipo de interação pessoal, preferindo o anonimato.
 - (C) a substituição completa das ligações telefônicas pelo uso de mensagens de texto em todas as situações.
 - (D) a influência das redes sociais na forma como essas gerações preferem se comunicar, independentemente do contexto.
 - (E) uma mudança de hábito moldada por questões econômicas e sociais que marcaram o crescimento dessas gerações, como o custo das ligações e a praticidade das mensagens.
05. No trecho “Eu retirava todas as vogais e espaços desnecessários, até que a mensagem parecesse um grupo de consoantes aleatórias que os próprios serviços de inteligência teriam dificuldade de decifrar.”, a autora utiliza uma figura de linguagem para:
- (A) expressar a rapidez com que as mensagens de texto eram enviadas.
 - (B) exagerar a importância das mensagens de texto em comparação com as ligações telefônicas.
 - (C) criar uma imagem depreciativa sobre a qualidade das comunicações escritas por jovens.
 - (D) representar de forma literal o modo como as mensagens eram escritas por questões econômicas.
 - (E) realçar, através de uma hipérbole, o esforço de sintetizar as mensagens a ponto de torná-las quase indecifráveis, enfatizando a complexidade resultante do uso reduzido de caracteres.
06. Analise os trechos abaixo, retirados do texto, e identifique qual alternativa apresenta uma palavra cuja acentuação segue a mesma regra de “dá” (na frase “dá para ouvir sua própria voz”).
- (A) “**fórum**” (na frase “discutir em fórum público”)
 - (B) “**idéia**” (na frase “sem ter uma idéia do que estavam fazendo”)
 - (C) “**técnico**” (na frase “suporte técnico oferecido”)
 - (D) “**só**” (na frase “só por diversão”)
 - (E) “**até**” (na frase “ligar até para os amigos”)
07. Em relação ao uso da concordância verbal, analise os trechos abaixo e escolha a alternativa que apresenta a construção verbal de acordo com a norma culta.
- (A) “A maioria dos jovens preferem mensagens de texto, mesmo quando se trata de assuntos importantes.”
 - (B) “As gerações mais novas, por diversas razões, evitam atender ligações e ignoram a caixa postal.”
 - (C) “Os pais dessa geração não entende por que seus filhos têm aversão ao telefone.”
 - (D) “Cerca de 70% das pessoas entrevistadas preferem mensagens de texto a chamadas telefônicas.”
 - (E) “Nem os pais nem os avós aprovam o comportamento das novas gerações em relação ao uso do telefone.”

08. Analise os trechos abaixo e identifique aquele em que a pontuação está de acordo com a norma-padrão e contribui para a clareza e coesão do texto.
- (A) "Os jovens preferem enviar mensagens de texto, pois, segundo eles o telefone causa ansiedade."
- (B) "Para muitos, o uso do telefone é, uma prática ultrapassada e, desnecessária."
- (C) "Apesar de ignorarem chamadas telefônicas, os jovens, continuam conectados por meio de mensagens."
- (D) "Eles, geralmente, não atendem o telefone porque, preferem a comunicação por texto."
- (E) "A geração Z e os *millenials*, em sua maioria, preferem ignorar chamadas e responder por mensagem."

ATUALIDADES OTONIEL LINHARES

09. Em setembro de 2024, durante o evento "ODS no Brasil" organizado pelo Pacto Global da ONU em Nova York, o embaixador Sérgio Danese destacou a centralidade do desenvolvimento sustentável na política internacional brasileira.

(<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2024/09/20/brasil-reforca-compromisso-com-sustentabilidade.ghml.20.09.2024>)

Assinale a afirmação que reflete essa posição.

- (A) O Brasil considera a sustentabilidade como um tema secundário em sua agenda internacional.
- (B) O país decidiu reduzir sua participação em acordos globais.
- (C) A sustentabilidade é um dos pilares fundamentais da política internacional do Brasil.
- (D) A política externa brasileira foca exclusivamente em relações comerciais.
- (E) O Brasil prioriza o crescimento econômico sem considerar aspectos ambientais.

10. Em outubro de 2024, ministros de energia reunidos no Brasil comprometeram-se a acelerar transições energéticas limpas, sustentáveis, justas, acessíveis e inclusivas.

(<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2024/10/04/no-brasil-ministros-de-energia-se-comprometem-com-transicao-limpa-sustentavel-justa-e-acessivel.ghml04.10.2024>)

Assinale a alternativa que melhor descreve esse compromisso.

- (A) Foco exclusivo em energia nuclear como solução para a crise energética.
- (B) Redução de investimentos em energias renováveis em favor de fontes tradicionais.
- (C) Manutenção do uso de combustíveis fósseis como principal fonte de energia.
- (D) Desenvolvimento de políticas energéticas sem considerar aspectos sociais e ambientais.
- (E) Aceleração de transições energéticas limpas e sustentáveis para promover um crescimento equilibrado e alcançar objetivos climáticos.

11. Em janeiro de 2024, o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMa) destacou uma série de eventos e atividades com repercussões importantes para o meio ambiente e a sustentabilidade global.

(<https://www.unep.org/pt-br/noticias-e-reportagens/reportagem/sumo-sustentabilidade-o-que-esperar-da-pauta-ambiental-em-2024.18.01.2024>)

O evento abaixo que foi promovido pelo PNUMa nesse contexto foi o:

- (A) Dia Internacional das Florestas, em 21 de março.
- (B) Dia Mundial da Terra, em 22 de abril.
- (C) Dia Mundial dos Oceanos, em 8 de junho.
- (D) Dia Internacional do Lixo Zero, em 30 de março.
- (E) Dia Mundial da Água, em 22 de março.

12. Em janeiro de 2024, durante o Fórum Econômico Mundial em Davos, líderes discutiram estratégias para alcançar um mundo neutro em carbono e positivo para a natureza até 2050.

(<https://umsoplaneta.globo.com/clima/noticia/2024/01/18/davos-2024-destaques-climaticos-em-saude-energia-industria-e-inovacao-do-forum-economico-mundial.ghml>)

A abordagem que foi enfatizada nesse contexto é

- (A) a redução de investimentos em energias renováveis em favor de combustíveis fósseis.
- (B) o desenvolvimento de uma abordagem sistêmica de longo prazo para alcançar os objetivos climáticos.
- (C) a manutenção das práticas industriais atuais sem alterações significativas.
- (D) o foco exclusivo em soluções tecnológicas sem considerar aspectos sociais.
- (E) a desconsideração das metas climáticas em prol do crescimento econômico imediato.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DIREITO CONSTITUCIONAL E MINISTÉRIO PÚBLICO

RICARDO BLANCO

- 13.** Assinale a opção incorreta em relação à Lei n. 8.925/1993 (Lei Orgânica do Ministério Público).
- (A) O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.
 - (B) São princípios institucionais do Ministério Público a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional.
 - (C) Lei ordinária, denominada Lei Orgânica do Ministério Público, cuja iniciativa é facultada aos Procuradores-Gerais de Justiça dos estados, estabelecerá, no âmbito de cada uma dessas unidades federativas, normas específicas de organização, atribuições e estatuto do respectivo Ministério Público.
 - (D) A organização, atribuições e estatuto do Ministério Público do Distrito Federal e territórios serão objeto da Lei Orgânica do Ministério Público da União.
 - (E) O Ministério Público elaborará sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias, encaminhando-a diretamente ao governador do estado, que a submeterá ao Poder Legislativo.
- 14.** São órgãos da Administração Superior do Ministério Público, exceto:
- (A) a Procuradoria-Geral de Justiça.
 - (B) o Colégio de Procuradores de Justiça.
 - (C) o Conselho Superior do Ministério Público.
 - (D) a Corregedoria-Geral do Ministério Público.
 - (E) as procuradorias de justiça.
- 15.** São órgãos de execução do Ministério Público, exceto:
- (A) o Procurador-Geral de Justiça.
 - (B) o Conselho Superior do Ministério Público.
 - (C) os Procuradores de Justiça.
 - (D) os Promotores de Justiça.
 - (E) os Centros de Apoio Operacional.
- 16.** Assinale a opção incorreta segundo a Lei Complementar estadual n. 734, de 1993.
- (A) O Ministério Público instalará seus órgãos de administração, de execução e de serviços auxiliares em prédios sob sua administração, além de poder contar com as dependências a ele destinadas nos prédios do Poder Judiciário.
 - (B) Na construção dos edifícios dos fóruns, serão reservadas instalações adequadas para o Ministério Público em prédio ou ala própria, independentes e sob sua administração.
 - (C) As decisões do Ministério Público fundadas em sua autonomia funcional e administrativa, obedecidas as formalidades legais, têm auto-executoriedade e eficácia plena, ressalvada a competência constitucional do Poder Judiciário e do Tribunal de Contas.
 - (D) Os atos de gestão administrativa do Ministério Público, inclusive no tocante a convênios, contratações e aquisições de bens e serviços, podem ser condicionados à apreciação prévia de quaisquer órgãos do Poder Executivo.
 - (E) O Ministério Público elaborará sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias, encaminhando-a, por intermédio do Procurador-Geral de Justiça, diretamente ao governador do estado para inclusão no projeto de lei orçamentária a ser submetido ao Poder Legislativo.
- 17.** Assinale a opção incorreta em relação à Constituição e ao entendimento do STF.
- (A) A dissolução da sociedade ou do vínculo conjugal, no curso do mandato, afasta a inelegibilidade prevista no § 7º do art. 14 da CF. (inelegibilidade reflexa)
 - (B) As hipóteses de inelegibilidade previstas no art. 14, § 7º (inelegibilidade reflexa), da Constituição Federal, inclusive quanto ao prazo de seis meses, são aplicáveis às eleições suplementares.
 - (C) É inelegível para o cargo de prefeito de município resultante de desmembramento territorial o irmão do atual chefe do Poder Executivo do município-mãe. O regime jurídico das inelegibilidades comporta interpretação construtiva dos preceitos que lhe compõem a estrutura normativa. Disso resulta a plena validade da exegese que, norteadas por parâmetros axiológicos consagrados pela própria Constituição, visa a impedir que se formem grupos hegemônicos nas instâncias políticas locais. O primado da ideia republicana – cujo fundamento ético-político repousa no exercício do regime democrático e no postulado da igualdade – rejeita qualquer prática que possa monopolizar o acesso aos mandatos eletivos e patrimonializar o poder governamental, comprometendo, desse modo, a legitimidade do processo eleitoral.

- (D) A ação de impugnação de mandato tramitará em segredo de justiça, respondendo o autor, na forma da lei, se temerária ou de manifesta má-fé.
- (E) Serão realizadas concomitantemente às eleições municipais as consultas populares sobre questões locais aprovadas pelas Câmaras Municipais e encaminhadas à Justiça Eleitoral até 90 dias antes da data das eleições, observados os limites operacionais relativos ao número de quesitos.
- 18.** É vedada a edição de medidas provisórias sobre matéria, exceto:
- (A) nacionalidade, cidadania, direitos políticos, partidos políticos e direito eleitoral.
- (B) direito civil.
- (C) organização do Poder Judiciário e do Ministério Público, a carreira e a garantia de seus membros.
- (D) planos plurianuais, diretrizes orçamentárias, orçamento e créditos adicionais e suplementares, ressalvado o previsto no art. 167, § 3º.
- (E) que vise a detenção ou sequestro de bens, de poupança popular ou qualquer outro ativo financeiro.
- 19.** Assinale a opção incorreta em relação aos direitos individuais.
- (A) É assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem.
- (B) É inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias.
- (C) Não é assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva.
- (D) Ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei.
- (E) É livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença.
- 20.** Segundo a Constituição Federal, são privativos de brasileiro nato os cargos, exceto:
- (A) de Presidente e Vice-Presidente da República.
- (B) de Presidente da Câmara dos Deputados.
- (C) de Presidente do Senado Federal.
- (D) de Ministro do Supremo Tribunal Federal.
- (E) de oficial dos Bombeiros.
- 21.** Assinale a opção incorreta sobre as competências dos entes federativos, segundo o STF.
- (A) A definição dos crimes de responsabilidade e o estabelecimento das respectivas normas de processo e julgamento são da competência legislativa privativa da União.
- (B) É inconstitucional lei estadual que impõe aos prestadores privados de serviços de ensino e de telefonia celular a obrigação de estender o benefício de novas promoções aos clientes preexistentes. Por constituir invasão da competência privativa da União para legislar sobre direito processual.
- (C) A competência legislativa atribuída aos Municípios se restringe a seus servidores estatutários. Não abrange ela os empregados públicos, porque esses estão submetidos às normas de direito do trabalho, que, nos termos do inciso I do art. 22 da CF, são de competência privativa da União.
- (D) É inconstitucional, por invadir a competência legislativa da União e violar o princípio da separação dos poderes, norma distrital que submeta as desapropriações, no âmbito do Distrito Federal, à aprovação prévia da Câmara Legislativa do Distrito Federal.
- (E) É inconstitucional a lei distrital que torna obrigatória, sob pena pecuniária a ser definida pelo Poder Executivo, a iluminação interna dos veículos fechados, no período das dez horas às seis horas, quando se aproximem de *blitz* ou barreira policial por invadir a competência exclusiva da União de legislar sobre diretrizes da política nacional de transporte.

22. Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe processar e julgar, originariamente exceto:
- (A) a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal, estadual e municipal.
 - (B) nas infrações penais comuns, o Presidente da República, o Vice-Presidente, os membros do Congresso Nacional, seus próprios Ministros e o Procurador-Geral da República.
 - (C) o litígio entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e a União, o estado, o Distrito Federal ou o território.
 - (D) as causas e os conflitos entre a União e os estados, a União e o Distrito Federal, ou entre uns e outros, inclusive as respectivas entidades da administração indireta.
 - (E) a extradição solicitada por Estado estrangeiro.

DIREITO ADMINISTRATIVO

GUSTAVO SCATOLINO

23. Um restaurante localizado em uma área residencial mantém seu funcionamento diário até a meia-noite, perturbando o descanso dos moradores. Diante dessa situação, o poder público determinou que o horário máximo para o funcionamento de restaurantes na região é até às 22:00. O caso descrito na questão é um exemplo de expressão do poder:
- (A) disciplinar.
 - (B) hierárquico.
 - (C) punitivo.
 - (D) informativo.
 - (E) de polícia.
24. Com base na Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa incorreta.
- (A) Somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação
 - (B) Ao servidor público civil é garantido o direito de livre associação sindical.
 - (C) Os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não poderão exceder aqueles pagos pelo Poder Executivo.
 - (D) A lei definirá os casos de contratação por tempo determinado para atender a uma necessidade temporária de interesse público excepcional.
 - (E) As funções de confiança, exercidas por qualquer pessoa qualificada para a função, e os cargos em comissão, que devem ser preenchidos por servidores de carreira nos percentuais mínimos e condições previstos em lei, destinam-se apenas a atividades de direção, chefia e assessoramento.

25. Em relação aos atributos do ato administrativo, assinale a alternativa correta.
- (A) A autoexecutoriedade é o atributo que permite que os atos administrativos se imponham a terceiros, mesmo sem sua concordância.
 - (B) A presunção de veracidade indica que o ato administrativo não pode ser contestado.
 - (C) A competência é a razão que justifica o ato administrativo.
 - (D) A tipicidade é o atributo que autoriza a execução sem depender de autorização judicial prévia.
 - (E) A presunção de legitimidade indica que os atos administrativos foram praticados de acordo com a lei, salvo prova em contrário.
26. Sobre o tema da responsabilidade civil do Estado, assinale a alternativa correta.
- (A) Os danos causados por fuga de detento de presídio devem ser reparados pelo Estado, ainda que inexistente o nexo causal entre o momento da fuga e o dano.
 - (B) Poderá ser configurado caso de responsabilidade civil do Estado mesmo que o agente tenha cometido ato lícito.
 - (C) Como regra, é adotada no ordenamento jurídico brasileiro a teoria do risco integral.
 - (D) O dano provocado pelo Estado gera, para a vítima, o direito à indenização, que deve ser feita pela via judicial.
 - (E) As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos em que o mesmo tenha agido dolosamente, excluindo os casos culposos.
27. Sobre o tema dos serviços públicos, assinale a alternativa correta.
- (A) Serviços *uti universi* são aqueles que têm usuários específicos e permitem uma utilização particular ou mensurável para cada destinatário, como no caso da telefonia, abastecimento de água e fornecimento de energia elétrica.
 - (B) Serviços *uti singuli* são aqueles prestados pela administração para atender ao público em geral, sem usuários específicos, como a iluminação pública, segurança e limpeza urbana.
 - (C) Somente a União pode exercer a função de poder concedente.
 - (D) A atualidade compreende a atualização das técnicas, equipamentos, instalações e sua conservação, bem como a melhoria e expansão do serviço.
 - (E) As prestadoras de serviços públicos respondem de forma subjetiva pelos danos causados durante a prestação do serviço.

- 28.** Assinale a alternativa correta sobre as espécies de atos administrativos.
- (A) Os atos normativos são aqueles que expressam a vontade da administração para regulamentar a lei, criando direitos e obrigações específicos para os administrados.
 - (B) Os atos ordinatórios destinam-se a instruir os agentes públicos e têm como característica a obrigatoriedade a terceiros alheios à administração.
 - (C) Os atos negociais são espécies de atos administrativos que manifestam uma anuência da administração, como a licença e a autorização.
 - (D) Os atos enunciativos criam direitos ou obrigações novas para os administrados, sendo exemplos os pareceres e certidões.
 - (E) Os atos punitivos possuem caráter vinculado, sendo obrigatoriamente praticados mediante processo administrativo.
- 29.** Tendo em vista a Constituição Federal, o prazo de validade do concurso público é:
- (A) de até dois anos, prorrogável duas vezes, por igual período.
 - (B) de um ano, prorrogável uma vez, por igual período.
 - (C) de até três anos, prorrogável uma vez, por igual período.
 - (D) de até dois anos, não sendo passível de prorrogação.
 - (E) de até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período.
- 30.** No que diz respeito aos agentes públicos, é correto afirmar que:
- (A) não é admissível, por ato administrativo, restringir, em razão da idade, inscrição em concurso para cargo público.
 - (B) é possível sujeitar o candidato de concurso público a exame psicotécnico para sua habilitação mediante decreto.
 - (C) os cargos e funções públicas acessíveis aos brasileiros natos que preenchem os requisitos estabelecidos em lei, não sendo possível o ingresso de estrangeiros no serviço público.
 - (D) são estáveis após quatro anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.
 - (E) os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público podem ser computados e acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores.

DIREITO PENAL

DOUGLAS VARGAS

- 31.** Assinale a assertiva que apresenta conduta punível segundo a lei brasileira, independentemente de a pessoa ter sido absolvida ou condenada fora do país.
- (A) Crime contra o patrimônio de uma empresa pública estrangeira.
 - (B) Crime de genocídio cometido por um agente domiciliado no Brasil.
 - (C) Crime praticado em aeronave brasileira, de propriedade privada, em território estrangeiro, que não foi julgado lá.
 - (D) Crime de tráfico de drogas cometido por um brasileiro em um país estrangeiro.
 - (E) Crime contra a administração pública de um país estrangeiro, praticado por quem está a serviço de seu governo.
- 32.** Assinale a alternativa correta quanto aos efeitos de uma pena cumprida no estrangeiro e da sentença estrangeira no Brasil.
- (A) A pena cumprida no estrangeiro é desconsiderada na aplicação da pena no Brasil, mesmo que a infração seja a mesma e que se trate de qualquer caso de extraterritorialidade.
 - (B) A sentença estrangeira pode ser homologada no Brasil apenas para fins de obrigação civil, desde que haja um tratado de extradição.
 - (C) A pena cumprida no estrangeiro atenua a pena imposta no Brasil pelo mesmo crime, quando as penas forem diferentes, ou é computada, se idênticas.
 - (D) A sentença estrangeira só pode ser homologada no Brasil para a aplicação de sanção penal.
 - (E) A homologação de sentença estrangeira no Brasil depende exclusivamente da requisição do Ministro da Justiça, ainda que para efeitos civis.

- 33.** Quanto à imputabilidade penal, considerando-se as previsões do Código Penal, é correto afirmar que:
- (A) é isento de pena o agente que, ao cometer um crime, estava sob forte emoção ou paixão, a qual lhe impediu de compreender a ilicitude do ato.
 - (B) a embriaguez voluntária, se completa, exclui a imputabilidade penal do agente, desde que ele não possa compreender o caráter ilícito do fato.
 - (C) a pena pode ser reduzida de um a dois terços se o agente, por embriaguez completa decorrente de caso fortuito ou força maior, não possuía total capacidade de entendimento ao tempo da ação.
 - (D) maiores de 16 anos são considerados penalmente imputáveis, devendo responder integralmente por seus atos.
 - (E) um agente que comete um crime durante um momento de perturbação mental passageira, causada por estresse, pode ser considerado, a depender do caso, isento de pena.
- 34.** Sobre o concurso de pessoas, assinale a alternativa correta.
- (A) Todos os participantes de um crime respondem pela mesma pena, independentemente de sua culpabilidade individual, em razão da teoria monista ou unitária.
 - (B) A participação de menor importância no crime pode levar à diminuição da pena em até dois terços.
 - (C) Se um dos concorrentes almejava participar de um crime menos grave, será aplicada a pena deste, podendo ser aumentada até metade se o resultado mais grave fosse previsível.
 - (D) As circunstâncias e condições pessoais de um dos agentes se comunicam, via de regra, aos demais participantes.
 - (E) O ajuste, a determinação ou a instigação à prática de um crime só são puníveis se o crime vier a ser consumado.
- 35.** Considerando as disposições do Código Penal sobre as penas e as medidas de reclusão e detenção, assinale a alternativa correta.
- (A) O regime semiaberto é executado exclusivamente em casa de albergado.
 - (B) O regime fechado deve ser cumprido em colônia agrícola ou industrial.
 - (C) O condenado a pena superior a 8 anos, em qualquer circunstância, poderá iniciar o cumprimento da pena em regime semiaberto.
 - (D) O regime aberto deve ser inicialmente cumprido em estabelecimento de segurança máxima ou média.
 - (E) A pena de reclusão pode ser cumprida em regime fechado, semiaberto ou aberto, conforme as circunstâncias legais.
- 36.** Extingue-se a punibilidade, exceto:
- (A) pela morte do agente ou da vítima.
 - (B) pela anistia, graça ou indulto.
 - (C) pela retroatividade de lei que não mais considera o fato como criminoso.
 - (D) pela prescrição ou decadência.
 - (E) pela perempção ou pela renúncia, no caso de ação privada.
- 37.** Considera-se qualificado o homicídio nos casos a seguir, exceto:
- (A) praticado mediante paga ou promessa de recompensa.
 - (B) praticado por motivo fútil.
 - (C) praticado com emprego de veneno.
 - (D) praticado por meio de emboscada.
 - (E) praticado contra mulher por razões da condição do sexo feminino.
- 38.** O peculato, previsto no Código Penal:
- (A) admite apenas a forma culposa.
 - (B) admite apenas a forma dolosa.
 - (C) não admite a tipificação penal se praticado mediante erro de outrem.
 - (D) admite, em casos específicos, a extinção da punibilidade pela reparação do dano.
 - (E) não admite a modalidade de apropriação, apenas a de subtração (furto).

- 39.** Sobre o crime de CONCUSSÃO, previsto no Código Penal, é correto afirmar:
- (A) que o referido delito se configura por meio de exigência indevida de tributo.
 - (B) que o referido delito se configura por meio de emprego de forma vexatória na cobrança de tributo, ainda que devido.
 - (C) que o referido delito possui a forma culposa.
 - (D) que o referido delito deriva de exigência de vantagem indevida no exercício da função pública.
 - (E) que o referido delito deriva da solicitação de vantagem indevida no exercício da função pública.
- 40.** Aquele que retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, por negligência:
- (A) pratica crime de prevaricação, com causa de aumento de pena.
 - (B) pratica crime de prevaricação, com causa de diminuição de pena.
 - (C) não incorre no tipo penal de prevaricação.
 - (D) pratica crime de prevaricação, na forma qualificada.
 - (E) pratica crime de prevaricação, na forma privilegiada.
- 41.** Opor-se à execução de ato legal, mediante violência ou ameaça a funcionário competente para executá-lo ou a quem lhe esteja prestando auxílio, de forma que, em razão da oposição praticada, o ato não se executa:
- (A) configura conduta de desobediência simples.
 - (B) configura conduta de desobediência qualificada.
 - (C) configura conduta de resistência simples.
 - (D) configura conduta de resistência qualificada.
 - (E) configura conduta de resistência majorada.
- 42.** Usar de violência ou grave ameaça, com o fim de favorecer interesse próprio ou alheio, contra autoridade, parte, ou qualquer outra pessoa que funciona ou é chamada a intervir em processo judicial, policial ou administrativo, ou em juízo arbitral:
- (A) é conduta de coação no curso do processo.
 - (B) é conduta de exercício arbitrário das próprias razões.
 - (C) é conduta de fraude processual.
 - (D) é conduta de favorecimento pessoal.
 - (E) é conduta comparada ao falso testemunho.

DIREITO PROCESSUAL PENAL**DANIELLE ROLIM**

- 43.** A respeito das disposições preliminares previstas no Código de Processo Penal, é correto dizer:
- (A) o processo penal rege-se, em todo o território brasileiro pelo Código de Processo Penal, ressalvados os tratados, as convenções e regras de direito internacional.
 - (B) a lei processual penal aplicar-se-á desde logo, desde que em benefício do réu.
 - (C) a lei processual penal tem aplicação imediata, devendo ser repetidos os atos praticados sob a vigência da lei anterior.
 - (D) a lei processual penal admitirá interpretação extensiva, mas não aplicação analógica.
 - (E) a lei processual penal não admitirá interpretação extensiva e nem aplicação analógica.
- 44.** O inquérito policial configura um procedimento administrativo, que ocorre na fase pré-processual, visando à colheita de elementos de informação para embasar o início da ação penal. Com relação a esse procedimento, é correto dizer:
- (A) nos crimes de ação penal pública incondicionada, apenas poderá ser instaurado inquérito policial mediante representação do ofendido ou requisição do Ministério Público.
 - (B) o inquérito deverá terminar no prazo de 10 dias, se o indiciado tiver sido preso em flagrante, ou estiver preso preventivamente, contado o prazo, nesta hipótese, a partir do dia em que se executar a ordem de prisão.
 - (C) a autoridade judiciária não poderá arquivar os autos do inquérito, salvo quando demonstrado cabalmente que o investigado agiu em legítima defesa.
 - (D) nos crimes de ação pública, os autos do inquérito serão remetidos ao juízo competente, onde aguardarão a iniciativa do ofendido ou de seu representante legal, ou serão entregues ao requerente, se o pedir, mediante traslado.
 - (E) não poderá ser determinado o sigilo do inquérito policial, sob pena de se ferir o princípio constitucional da publicidade.

- 45.** A respeito do acordo de não persecução penal, pode-se afirmar que, conforme previsto no Código de Processo Penal:
- (A) não será aplicado, se for cabível transação penal ou suspensão condicional do processo, de competência dos Juizados Especiais Criminais, nos termos da lei.
 - (B) se o juiz considerar inadequadas, insuficientes ou abusivas as condições dispostas no acordo de não persecução penal, negará, de plano, homologação.
 - (C) a vítima será intimada da homologação do acordo de não persecução penal, mas de seu descumprimento.
 - (D) o descumprimento do acordo de não persecução penal pelo investigado também poderá ser utilizado pelo Ministério Público como justificativa para o eventual não oferecimento de suspensão condicional do processo.
 - (E) caberá acordo de não persecução penal no caso de infração penal sem violência ou grave ameaça e com pena mínima igual ou inferior a 4 (quatro) anos.
- 46.** O fato criminoso pode gerar também consequências civis. A respeito da ação civil ex delicto, é correto dizer:
- (A) transitada em julgado a sentença condenatória, poderão promover-lhe a execução, no juízo cível, para o efeito da reparação do dano, apenas o ofendido ou seu representante legal, mas não seus herdeiros, em razão do princípio da personalidade.
 - (B) faz coisa julgada no cível a sentença penal que reconhecer ter sido o ato praticado em estado de necessidade, em legítima defesa, em estrito cumprimento de dever legal ou no exercício regular de direito.
 - (C) a sentença absolutória, independentemente do fundamento da absolvição, impede a propositura da ação civil decorrente do mesmo fato, sob pena de haver risco de decisões conflitantes.
 - (D) impedirá a propositura da ação civil, a sentença absolutória que decidir que o fato imputado não constitui crime.
 - (E) impedirá a propositura da ação civil a decisão que julgar extinta a punibilidade.
- 47.** A respeito das regras de competência previstas no Código de Processo Penal, pode-se dizer:
- (A) a competência será, de regra, determinada pelo domicílio ou residência do réu, ainda que conhecido o lugar da infração.
 - (B) não sendo conhecido o lugar da infração, a competência regular-se-á pelo domicílio ou residência do réu. Se o réu tiver mais de uma residência, a competência firmar-se-á pela prevenção.
 - (C) nos casos de exclusiva ação privada, o querelante poderá preferir o foro de domicílio ou da residência do réu, salvo quando conhecido o lugar da infração.
 - (D) a competência será determinada pela conexão, quando duas ou mais pessoas forem acusadas pela mesma infração.
 - (E) a conexão e a continência importarão unidade de processo e julgamento, inclusive no concurso entre a jurisdição comum e a militar.
- 48.** A respeito do tema provas no processo penal, é correto dizer que, conforme previsto no Código de Processo Penal:
- (A) o juiz formará sua convicção pela livre apreciação da prova produzida em contraditório policial, não podendo fundamentar sua decisão exclusivamente nos elementos informativos colhidos na investigação, ressalvadas as provas cautelares, não repetíveis e antecipadas.
 - (B) são inadmissíveis as provas derivadas das ilícitas, salvo quando não evidenciado o nexo de causalidade entre umas e outras, ou quando as derivadas puderem ser obtidas por uma fonte independente das primeiras.
 - (C) quando a infração deixar vestígios, será indispensável o exame de corpo de delito, direto ou indireto, apenas podendo ser suprido pela confissão do acusado.
 - (D) o exame de corpo de delito e outras perícias deverão ser realizados, sob pena de nulidade, por dois peritos oficiais, portadores de diploma de curso superior.
 - (E) os peritos oficiais e os não oficiais prestarão o compromisso de bem e fielmente desempenhar o encargo.

- 49.** No que diz respeito aos sujeitos que atuam no processo, pode-se afirmar que:
- (A) nenhum acusado será processado ou julgado sem defensor, salvo se foragido.
 - (B) se o acusado não o tiver, ser-lhe-á nomeado defensor pelo juiz, ressalvado o seu direito de, a todo tempo, nomear outro de sua confiança, ou a si mesmo defender-se, caso tenha habilitação. O acusado, que não for pobre, não terá direito à nomeação de defensor dativo.
 - (C) a constituição de defensor independe de instrumento de mandato, se o acusado o indicar por ocasião do interrogatório.
 - (D) do despacho que admitir, ou não, o assistente, caberá recurso em sentido estrito.
 - (E) o assistente será admitido enquanto até o fim da instrução processual penal, e receberá a causa no estado em que se achar.
- 50.** Em nosso ordenamento jurídico, a liberdade é a regra. A prisão é regulamentada por nosso Código de Processo Penal, que diz que:
- (A) É vedado o uso de algemas em mulheres grávidas durante os atos médico-hospitalares preparatórios para a realização do parto e durante o trabalho de parto, bem como em mulheres durante o período de puerpério imediato.
 - (B) Qualquer do povo poderá e os funcionários públicos deverão prender quem quer que seja encontrado em flagrante delito.
 - (C) A falta de testemunhas da infração impedirá o auto de prisão em flagrante.
 - (D) A prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão comunicados em 24 horas ao juiz competente, ao Ministério Público e à família do preso ou à pessoa por ele indicada.
 - (E) Será admitida a decretação da prisão preventiva com a finalidade de antecipação de cumprimento de pena ou como decorrência imediata de apresentação ou recebimento de denúncia.
- 51.** A respeito da comunicação dos atos processuais, é correto dizer:
- (A) a citação inicial far-se-á por carta precatória, quando o réu estiver no território sujeito à jurisdição do juiz que a houver ordenado.
 - (B) quando o réu estiver fora do território da jurisdição do juiz processante, em endereço desconhecido, será citado mediante precatória.
 - (C) a citação do militar e do funcionário público far-se-á por intermédio do chefe do respectivo serviço.
 - (D) completada a citação com hora certa, se o acusado não comparecer, será suspenso o processo e o curso do prazo prescricional.
 - (E) estando o acusado no estrangeiro, em lugar sabido, será citado mediante carta rogatória, suspendendo-se o curso do prazo de prescrição até o seu cumprimento.
- 52.** Conforme previsto no Código de Processo Penal, o procedimento será comum ou especial. Quanto a isso, é correto dizer que:
- (A) o procedimento comum será ordinário, especial ou sumários.
 - (B) será ordinário, quando tiver por objeto crime cuja sanção máxima cominada for superior a 4 (quatro) anos de pena privativa de liberdade.
 - (C) será sumaríssimo, para as infrações penais de menor potencial ofensivo, na forma da lei.
 - (D) será sumário quando tiver por objeto crime cuja sanção máxima cominada seja igual ou inferior a 4 (quatro) anos de pena privativa de liberdade.
 - (E) Aplicam-se subsidiariamente aos procedimentos sumário e sumaríssimo, mas não ao procedimento especial, as disposições do procedimento ordinário.
- 53.** Ao final da primeira fase do procedimento do Tribunal do Júri, o juiz proferirá decisão de:
- (A) pronúncia, se convencido da materialidade do fato e da existência de indícios suficientes de autoria ou de participação.
 - (B) impronúncia, se provada a inexistência do fato.
 - (C) impronúncia, se o fato não constituir infração penal.
 - (D) absolvição sumária, se não se convencer da materialidade do fato ou da existência de indícios suficientes de autoria ou de participação.
 - (E) impronúncia, se demonstrada causa de isenção de pena ou de exclusão do crime.

- 54.** Sobre os recursos no processo penal, assinale a alternativa correta.
- (A) Em razão do princípio da disponibilidade, o Ministério Público poderá desistir de recurso que haja interposto.
 - (B) No caso de concurso de agentes, o recurso interposto por um dos réus, ainda que fundado em motivos que não sejam de caráter exclusivamente pessoal, aproveitará aos outros.
 - (C) Não serão prejudicados os recursos que, por erro, falta ou omissão dos funcionários, não tiverem seguimento ou não forem apresentados dentro do prazo.
 - (D) Caberá recurso em sentido estrito da decisão que receber ou não receber a denúncia ou queixa.
 - (E) Caberá apelação no prazo de 3 (três) dias das sentenças definitivas de condenação ou absolvição proferidas por juiz singular.

DIREITO CIVIL CRISTINY ROCHA

- 55.** Maria, ao tomar conhecimento de que seu contrato de locação de um imóvel poderia ser rescindido por descumprimento das condições acordadas, procurou seu locador, João, e expressou que não teria condições de continuar cumprindo com as obrigações do contrato. João, por sua vez, diante da situação, informou a Maria que, caso não cumprisse as cláusulas do contrato, tomaria medidas legais que poderiam resultar em sérias consequências financeiras e jurídicas para ela. Após a conversa, Maria, temendo as consequências, decidiu cumprir todas as obrigações contratuais conforme o estipulado. Considerando as informações acima, assinale a alternativa mais correta em relação aos defeitos do negócio jurídico.
- (A) Houve coação, pois Maria foi ameaçada de forma a forçá-la a cumprir o contrato, o que configura vício de consentimento.
 - (B) O contrato é anulável, pois Maria cedeu à ameaça de João, e isso caracteriza uma coação moral que vicia o negócio jurídico.
 - (C) Não há defeito no negócio jurídico, pois a ameaça de João foi legítima e fazia parte do exercício regular de seu direito de cobrar o cumprimento das obrigações contratuais.
 - (D) O contrato é nulo, pois Maria foi coagida a cumprir as cláusulas contratuais por meio de uma ameaça ilegal de João.
 - (E) Houve erro substancial, pois Maria não sabia das consequências legais do descumprimento do contrato e foi induzida ao cumprimento por meio de uma ameaça.

- 56.** Conforme jurisprudência do STJ e disposições do Código Civil acerca de prescrição e decadência, assinale a alternativa correta.
- (A) A prescrição da dívida impede a cobrança, mas não a inclusão do devedor em plataforma de negociação de débito.
 - (B) Prescreve em dois anos a pretensão relativa a aluguéis de prédios urbanos e rústicos.
 - (C) Prescreve em um ano a pretensão para haver juros, dividendos ou quaisquer prestações acessórias, pagáveis, em períodos não maiores de um ano, com capitalização ou sem ela.
 - (D) O prazo prescricional para a cobrança de dívidas pessoais é de 10 anos, conforme o Código Civil, sendo este o prazo para todas as dívidas.
 - (E) É anulável a renúncia à decadência fixada em lei.
- 57.** A respeito do direito das obrigações, conforme as disposições do Código Civil, assinale a alternativa correta.
- (A) Se a coisa restituível se deteriorar sem culpa do devedor, recebê-la-á o credor, com direito a perdas e danos.
 - (B) Na obrigação de dar, até a tradição a coisa pertence ao credor, com os seus melhoramentos e acréscidos, pelos quais poderá exigir aumento no preço.
 - (C) Nas coisas determinadas pelo gênero e pela quantidade, a escolha pertence ao credor, se o contrário não resultar do título da obrigação.
 - (D) Nas obrigações alternativas, a escolha cabe ao devedor, se outra coisa não se estipulou.
 - (E) Se, havendo dois ou mais devedores, a prestação não for divisível, cada um será obrigado por parcela da dívida que possui responsabilidade.

- 58.** Sobre as disposições do Código Civil e da jurisprudência sobre responsabilidade civil, assinale a alternativa correta.
- (A) A ausência de registro da transferência implica a responsabilidade do antigo proprietário por dano resultante de acidente que envolva o veículo alienado.
- (B) O direito à indenização por danos morais transmite-se com o falecimento do titular, possuindo os herdeiros da vítima legitimidade ativa para ajuizar ou prosseguir a ação indenizatória.
- (C) O curador é subsidiariamente responsável pelos danos causados pelo curatelado.
- (D) O juiz não poderá equitativamente a indenização, ainda que exista excessiva desproporção entre a gravidade da culpa e o dano.
- (E) Conforme entendimento do STJ, no arbitramento dos danos morais se observa o método trifásico, pelo qual, em um primeiro momento fixa-se um valor básico de indenização, considerando-se o interesse jurídico lesado e, em conformidade com a jurisprudência. Em seguida, ajusta-se o valor às peculiaridades do caso. Ao fim, verifica-se o patrimônio disponível.
- 59.** Acerca do direito de vizinhança, assinale a alternativa incorreta.
- (A) O legislador adota o critério da pré-ocupação como determinante para a invocação do direito de vizinhança, conferindo proteção aos que são os primeiros ocupantes.
- (B) Ainda que por decisão judicial devam ser toleradas as interferências, poderá o vizinho exigir a sua redução, ou eliminação, quando estas se tornarem possíveis.
- (C) A árvore, cujo tronco estiver na linha divisória, presume-se pertencer em comum aos donos dos prédios confinantes.
- (D) Os frutos caídos de árvore do terreno vizinho pertencem ao dono do solo onde caíram, se este for de propriedade particular.
- (E) O proprietário de nascente, ou do solo onde caem águas pluviais, satisfeitas as necessidades de seu consumo, não pode impedir, ou desviar o curso natural das águas remanescentes pelos prédios inferiores.
- 60.** Sobre hipoteca, penhor e anticrese, assinale a alternativa correta.
- I. É nula a cláusula que proíbe ao proprietário alienar imóvel hipotecado.
- IV – O penhor de veículos só se pode convencionar pelo prazo máximo de dois anos, prorrogável até o limite de cinco anos, averbada a prorrogação à margem do registro respectivo.
- V – A hipoteca poderá, por requerimento do proprietário, ser posteriormente estendida para garantir novas obrigações em favor do mesmo credor.
- Está correto:
- (A) somente I.
- (B) somente II.
- (C) somente III.
- (D) I e II.
- (E) I e III.
- 61.** Sobre codicilos e testamentos especiais, conforme disposições do Código Civil, assinale a alternativa correta.
- (A) Por ser um testamento informal, o codicilo, ainda que fechado, poderá ser aberto sem demais formalidades.
- (B) O testamento militar não terá efeito o testamento se o testador não morrer na guerra ou convalescer do ferimento.
- (C) Caducará o testamento marítimo, ou aeronáutico, se o testador não morrer na viagem, nem nos cento e oitenta dias subsequentes ao seu desembarque em terra, onde possa fazer, na forma ordinária, outro testamento.
- (D) São testamentos especiais o marítimo, o aeronáutico, o militar, admitindo-se outros testamentos especiais além dos contemplados no Código Civil.
- (E) Toda pessoa capaz de testar poderá, mediante escrito particular seu, datado e assinado, fazer disposições especiais sobre o seu enterro, sobre esmolas de pouca monta a certas e determinadas pessoas, ou, indeterminadamente, aos pobres de certo lugar, assim como legar móveis, roupas ou joias, ainda que de elevado valor, mas de seu uso pessoal.

- 62.** Sobre inventário e partilha, conforme disposições do Código Civil e jurisprudência do STJ, assinale a alternativa correta.
- (A) Conforme entendimento do STJ, existindo testamento, ainda que os herdeiros sejam capazes e concordes, há óbice ao inventário extrajudicial.
 - (B) Enquanto não for concluída a partilha dos bens, o direito dos seus coerdeiros, quanto à propriedade e à posse da herança será divisível, mas regulado pelas normas relativas ao condomínio.
 - (C) Subsistindo o condomínio sobre determinado bem imóvel após a partilha, por ato voluntário dos coerdeiros que aceitaram a herança, os sucessores coproprietários do imóvel respondem solidariamente pelas respectivas despesas condominiais, independentemente da expedição do formal de partilha, resguardado o direito de regresso.
 - (D) O direito à sucessão aberta, bem como o quinhão de que disponha o coerdeiro, não pode ser objeto de cessão por escritura pública.
 - (E) Se pode aceitar ou renunciar a herança em parte, sob condição ou a termo.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

CRISTINY ROCHA

- 63.** Conforme regras do Código de Processo Civil, analise as assertivas seguintes e assinale a correta.
- (A) Se o réu reconhecer a procedência do pedido e, simultaneamente, cumprir integralmente a prestação reconhecida, os honorários e as custas serão reduzidos pela metade.
 - (B) A concessão de gratuidade não afasta a responsabilidade do beneficiário pelas despesas processuais e pelos honorários advocatícios decorrentes de sua sucumbência.
 - (C) O pedido de gratuidade da justiça deverá ser formulado na petição inicial ou na contestação, sob pena de preclusão.
 - (D) Contra a decisão que indeferir a gratuidade ou a que acolher pedido de sua revogação caberá somente agravo de instrumento.
 - (E) Requerida a concessão de gratuidade da justiça em recurso, o recorrente estará dispensado de comprovar o recolhimento do preparo, incumbindo ao relator, neste caso, apreciar o requerimento e, se indeferi-lo, dar quinze dias para a realização do recolhimento.

- 64.** Na atuação do Ministério Público como fiscal da ordem jurídica, conforme disposições do Código de Processo Civil, é imprescindível que
- (A) a Fazenda pública seja parte no processo.
 - (B) incumbe ao réu o pagamento das despesas relativas a ato cuja realização o juiz determinar a requerimento do Ministério Público como fiscal, quando o autor for incapaz.
 - (C) seja dada possibilidade ao membro do Ministério Público para recorrer no processo em que oficiou como fiscal da lei, ainda que não haja recurso da parte.
 - (D) tenha prazo em dobro para recorrer, não se aplicando a prerrogativa para as demais manifestações nos autos.
 - (E) o membro do Ministério Público será civil e regressivamente responsável quando agir com dolo ou culpa no exercício de suas funções.
- 65.** Sobre os pronunciamentos do juiz e os prazos processuais, conforme disposições do CPC e da jurisprudência, assinale a alternativa correta.
- (A) Ao juiz é vedado dilatar os prazos processuais e alterar a ordem de produção dos meios de prova.
 - (B) Se um juiz atribuiu a outro a competência para julgar determinada causa, mas que este, ao receber o processo, declinou da competência e remeteu os autos a um terceiro juiz, não haverá conflito de competência.
 - (C) A incompetência relativa não pode ser alegada pelo Ministério Público nas causas em que atuar.
 - (D) O ato praticado antes do termo inicial do prazo será intempestivo.
 - (E) Quando a lei ou o juiz não determinar prazo, as intimações somente obrigarão a comparecimento após decorridas setenta e duas horas.

- 66.** Conforme disposições do Código de Processo Civil sobre ações de família e a atuação do Ministério Público, assinale a alternativa incorreta.
- (A) A citação ocorrerá com antecedência mínima de 15 (quinze) dias da data designada para a audiência.
 - (B) Nas ações de família, o Ministério Público somente intervirá quando houver interesse de incapaz e deverá ser ouvido previamente à homologação de acordo.
 - (C) O Ministério Público intervirá, quando não for parte, nas ações de família em que figure como parte vítima de violência doméstica e familiar.
 - (D) Quando o processo envolver discussão sobre fato relacionado a abuso ou a alienação parental, o juiz, ao tomar o depoimento do incapaz, poderá estar acompanhado por especialista.
 - (E) Nas ações de guarda, antes de iniciada a audiência de mediação e conciliação, o juiz indagará às partes e ao Ministério Público se há risco de violência doméstica ou familiar, fixando o prazo de cinco dias para a apresentação de prova ou de indícios pertinentes.
- 67.** Sobre interdição, tutela e curatela, conforme disposições do Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta.
- (A) O Ministério Público poderá promover a ação de interdição mesmo que não se trate de doença mental grave e ainda que existam parentes ou tutores.
 - (B) Havendo laudo médico poderá ser dispensada a perícia na interdição.
 - (C) Na entrevista com o interditando o juiz deverá ser acompanhado por um especialista.
 - (D) A curatela deve ser atribuída preferencialmente ao cônjuge do interditando.
 - (E) Caso o tutor ou o curador não requeira a exoneração do encargo dentro dos dez dias seguintes à expiração do termo, entender-se-á reconduzido, salvo se o juiz o dispensar.
- 68.** Sobre cumprimento provisório e definitivo de sentença, à luz do CPC e da jurisprudência, assinale a alternativa correta.
- (A) Conforme entendimento do STF, apesar da necessidade de observância ao princípio da efetividade no cumprimento de ordens judiciais, viola o princípio do devido processo legal a utilização, pelo juiz, de medidas executivas atípicas na tutela de direitos patrimoniais.
 - (B) Todas as questões relativas à validade do procedimento de cumprimento da sentença e dos atos executivos subsequentes poderão ser arguidas pelo executado nos próprios autos e nestes serão decididas pelo juiz.
 - (C) Corre por iniciativa e responsabilidade do exequente, que se obriga, se a sentença for reformada, a reparar os danos que o executado haja sofrido, desde que comprovado o dolo ou culpa.
 - (D) No cumprimento de sentença que condene ao pagamento de prestação alimentícia ou de decisão interlocutória que fixe alimentos, o juiz, a requerimento do exequente, mandará intimar o executado pessoalmente para, em 15 dias pagar o débito.
 - (E) A execução dos alimentos provisórios, bem como a dos alimentos fixados em sentença ainda não transitada em julgado, se processa nos mesmos autos.
- 69.** Carla é casada com Pedro há 15 anos e após o único filho do casal se mudar para estudar no exterior ela resolve empreender. Contudo, Pedro não se sente confortável e acredita que os bens da família poderão ser perdidos no caso de insucesso, assim pede à esposa para procederem à alteração do regime de bens do casamento. Conforme disposições do Código de Processo Civil sobre o tema, assinale a alternativa correta.
- (A) Poderão proceder à alteração do regime de bens no cartório, se Carla não discordar.
 - (B) Ainda que Carla não discorde, a alteração do regime de bens do casamento será requerida ao juiz, por petição motivada, assinada por ambos os cônjuges.
 - (C) O juiz na ação de alteração de regime de bens terá que determinar a intimação do Ministério Público e a publicação de edital que divulgue a pretendida alteração de bens, somente podendo decidir depois de decorrido o prazo de sessenta dias da publicação do edital.
 - (D) Se realizada pela via extrajudicial deverá haver publicação de editais em sessenta dias, e havendo consenso dispensa-se a intimação do Ministério Público.
 - (E) Não há necessidade de intimação do Ministério Público na ação de alteração de regime de bens.

- 70.** Acerca da organização e da fiscalização das fundações, assinale a alternativa correta.
- (A) O juiz, qualquer interessado ou o Ministério Público poderá promover em juízo a extinção de fundação.
 - (B) Se o interessado discordar do estatuto elaborado pelo Ministério Público, poderá requerer ao juiz sua aprovação, caso em que decidirá em 30 dias.
 - (C) A extinção de uma fundação poderá ocorrer somente quando se tornar ilícito o seu objeto.
 - (D) Se for negada a aprovação do estatuto da fundação pelo Ministério Público, ainda que concorde o interessado, haverá necessidade de se submeter a controle judicial.
 - (E) Antes de suprir a aprovação, o juiz poderá mandar fazer no estatuto modificações a fim de adaptá-lo ao objetivo do instituidor.

DIREITO DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

ADRIANE SOUSA

- 71.** Marque a alternativa correta nos termos da Lei n. 8.069/1990 sobre o instituto da adoção.
- (A) A adoção é medida excepcional e revogável, à qual se deve recorrer apenas quando esgotados os recursos de manutenção da criança ou adolescente na família natural ou extensa e o estrangeiro poderá adotar por procuração.
 - (B) A adoção atribui a condição de filho ao adotado, com os mesmos direitos e deveres, inclusive sucessórios, desligando-o de qualquer vínculo com pais e parentes, salvo os impedimentos matrimoniais.
 - (C) É recíproco o direito sucessório entre o adotado, seus descendentes, o adotante, seus ascendentes, descendentes e colaterais até o 3º grau, observada a ordem de vocação hereditária.
 - (D) O adotante há de ser, pelo menos, dezoito anos mais velho do que o adotando.
 - (E) A simples guarda de fato autoriza, por si só, a dispensa da realização do estágio de convivência.

- 72.** Segundo a Lei vigente n. 8.069/1990 e de acordo com a jurisprudência dos Tribunais Superiores, marque a resposta correta sobre a perda ou suspensão do poder familiar.
- (A) A falta ou a carência de recursos materiais constitui motivo suficiente para a perda ou a suspensão do poder familiar em nome do Princípio do Melhor Interesse da criança.
 - (B) A perda e a suspensão do poder familiar serão decretadas judicialmente em procedimento contraditório ou jurisdição voluntária, nos casos previstos na legislação civil, bem como na hipótese de descumprimento injustificado dos deveres e obrigações do poder familiar.
 - (C) Ocorrerá a perda do poder familiar se o pai ou a mãe da criança praticar qualquer crime doloso com pena de reclusão.
 - (D) A condenação criminal do pai ou da mãe não implicará a destituição do poder familiar, exceto na hipótese de condenação por crime doloso sujeito à pena de reclusão contra outrem igualmente titular do mesmo poder familiar ou contra filho, filha ou outro descendente.
 - (E) O falecimento dos pais adotivos conduz à imediata e automática restauração do poder familiar da ascendente biológica.
- 73.** A respeito do tema recurso, apresentado na Lei n. 8.069/1990, é correto afirmar que:
- (A) nos procedimentos afetos à Justiça da Infância e da Juventude adotar-se-á o sistema recursal do Código de Processo Civil, salvo os relativos à execução das medidas socioeducativas.
 - (B) em todos os recursos, salvo nos embargos de declaração, o prazo para o Ministério Público e para a defesa será sempre de 10 (dez) dias.
 - (C) o Ministério Público e a Defensoria Pública têm a prerrogativa de prazo em dobro nos termos da lei.
 - (D) a sentença que deferir a adoção produz efeito desde logo, embora sujeita a apelação, que será recebida no efeito devolutivo e suspensivo.
 - (E) a falta de preparo nos recursos afetos à infância e juventude é causa de não conhecimento do recurso.

- 74.** A respeito do Conselho Tutelar nos termos da Lei n. 8.069/1990:
- (A) o Conselho Tutelar é órgão responsável por zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente. Integra a administração pública do local.
 - (B) em cada Região Administrativa do DF e em cada município terá no máximo um conselho.
 - (C) são requisitos exigidos, nos termos da lei, para a candidatura a membro do Conselho residir no local, ter idoneidade moral, ser maior e capaz.
 - (D) o horário de funcionamento do Conselho Tutelar será unificado nacionalmente, assim como a sua remuneração.
 - (E) as atribuições do Conselho Tutelar serão estabelecidas em cada legislação municipal ou distrital.
- 75.** Quanto ao estudo dos crimes tipificados no ECA, ou seja, do art. 228 ao 244C é válido afirmar:
- (A) os crimes definidos nesta Lei são de ação pública incondicionada, salvo os crimes relacionados à pornografia infantil.
 - (B) todos os crimes definidos nesta Lei só serão punidos a título de dolo, não comportando a modalidade culposa.
 - (C) nos casos de violência doméstica e familiar contra a criança e o adolescente, é vedada a aplicação de penas de cesta básica ou de outras de prestação pecuniária, bem como a substituição de pena que implique o pagamento isolado de multa.
 - (D) se a autoridade competente, sem justa causa, deixar de ordenar a imediata liberação de criança ou adolescente, tão logo tenha conhecimento da ilegalidade da apreensão responderá pela lei de abuso de autoridade.
 - (E) aos crimes cometidos contra a criança e o adolescente, conhecidos como infrações de menor potencial ofensivo, caberá a aplicação da Lei n. 9.099/1995.

- 76.** Considere a seguinte situação hipotética: Pedro, menor, com 17 anos e 10 meses, praticou ato infracional análogo ao homicídio qualificado, logo, nos termos da Lei n. 8.069/1990 e da jurisprudência é válido afirmar que:
- (A) Pedro poderá cumprir medida socioeducativa privativa da liberdade, conhecida como internação, a qual não comporta prazo determinado, devendo sua manutenção ser reavaliada, mediante decisão fundamentada, no máximo a cada três meses.
 - (B) a medida de internação só poderá ser aplicada por reiteração no cometimento de outras infrações graves.
 - (C) o adolescente infrator, em regra, não tem direito de aguardar em liberdade o julgamento da apelação interposta contra a sentença que lhe impôs a medida de internação.
 - (D) para se configurar a reiteração na prática de atos infracionais graves (art. 122, II), exige-se a prática de, no mínimo, três infrações dessa natureza.
 - (E) o prazo de internação/sanção na hipótese do inciso III do artigo 122 do ECA não poderá ser superior a 3 (três) anos, devendo ser decretada judicialmente após o devido processo legal.

TUTELA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS

WERNER RECH

- 77.** A respeito da definição de interesses difusos e coletivos, é correto afirmar que:
- (A) interesses difusos possuem titulares determináveis e vinculados por uma relação jurídica base.
 - (B) interesses coletivos são aqueles transindividuais, de natureza indivisível, titularizados por pessoas indeterminadas.
 - (C) interesses individuais homogêneos possuem origem comum, mas são divisíveis e exigem titularidade individual.
 - (D) interesses difusos e coletivos não admitem a defesa judicial por entes coletivos, como associações.
 - (E) interesses coletivos referem-se a direitos transindividuais, de natureza divisível, com titularidade de um grupo determinável.

- 78.** Sobre a ação civil pública, assinale a alternativa correta.
- (A) Apenas o Ministério Público tem legitimidade ativa para propor ação civil pública.
 - (B) A coisa julgada em ação civil pública abrange os mesmos limites subjetivos de uma ação individual.
 - (C) A sentença que julga improcedente a ação civil pública faz coisa julgada erga omnes, independentemente de vícios processuais.
 - (D) A ação civil pública não pode ser utilizada para a defesa de interesses individuais homogêneos.
 - (E) A ação civil pública é um instrumento processual que permite a defesa judicial de direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos.
- 79.** No contexto da Política Nacional do Meio Ambiente, assinale a alternativa correta.
- (A) A responsabilidade administrativa ambiental exige a comprovação de dolo ou culpa.
 - (B) A responsabilidade ambiental no Brasil é exclusivamente penal e civil.
 - (C) O Estudo de Impacto Ambiental é obrigatório para qualquer atividade econômica.
 - (D) O Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) é responsável pela articulação de políticas ambientais entre os entes federados.
 - (E) Apenas os órgãos federais têm competência para o licenciamento ambiental.
- 80.** O Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) é um instrumento importante na defesa de interesses difusos. Sobre o tema, assinale a alternativa correta.
- (A) O TAC tem natureza de título executivo judicial.
 - (B) O TAC é sempre firmado exclusivamente pelo Ministério Público.
 - (C) O descumprimento de um TAC pode levar à execução judicial do compromisso assumido.
 - (D) O TAC não pode ser utilizado para a reparação de danos ambientais.
 - (E) O TAC pode ser exigido apenas de empresas públicas.
- 81.** O Código de Defesa do Consumidor estabelece diversas prerrogativas para a tutela coletiva. Sobre a defesa do consumidor em juízo, marque a alternativa correta.
- (A) A ação coletiva beneficia apenas os consumidores que dela participaram.
 - (B) O Ministério Público não possui legitimidade para propor ação coletiva em defesa do consumidor.
 - (C) A desconsideração da personalidade jurídica pode ser aplicada para garantir a efetividade de uma ação coletiva.
 - (D) Associações de consumidores não podem propor ações coletivas sem autorização dos associados.
 - (E) A coisa julgada nas ações coletivas não produz efeitos para além das partes do processo.
- 82.** A respeito da tutela administrativa do meio ambiente, assinale a alternativa correta.
- (A) O poder de polícia ambiental é exercido exclusivamente pela União.
 - (B) A licença ambiental é um ato discricionário que não depende de critérios técnicos.
 - (C) A competência para fiscalização ambiental pode ser exercida por órgãos municipais, estaduais e federais.
 - (D) A responsabilidade administrativa ambiental prescinde de instauração de processo administrativo.
 - (E) A fiscalização ambiental não pode aplicar multas sem ordem judicial.
- 83.** Quanto ao mandado de segurança coletivo, é correto afirmar que:
- (A) apenas associações possuem legitimidade para impetrar mandado de segurança coletivo.
 - (B) o mandado de segurança coletivo pode ser impetrado em defesa de direitos difusos e coletivos, mas não de direitos individuais homogêneos.
 - (C) partidos políticos com representação no Congresso Nacional possuem legitimidade para o mandado de segurança coletivo.
 - (D) não é necessário que os integrantes da associação sejam prejudicados para a propositura do mandado de segurança coletivo.
 - (E) sindicatos podem impetrar mandado de segurança coletivo, mas apenas em nome próprio.

- 84.** De acordo com a Lei de Improbidade Administrativa (Lei n. 8.429/1992), assinale a alternativa correta.
- (A) A condenação por improbidade administrativa exige trânsito em julgado de sentença penal condenatória.
 - (B) Apenas o Ministério Público tem legitimidade para propor ação de improbidade administrativa.
 - (C) A sanção de perda da função pública é aplicável a qualquer servidor público, independentemente de vínculo.
 - (D) A prática de ato de improbidade exige dolo em todas as modalidades.
 - (E) A reparação do dano causado ao erário dispensa a aplicação de outras sanções previstas na lei.
- 85.** Sobre a proteção e defesa do consumidor, de acordo com a Constituição Federal e o CDC, marque a alternativa correta.
- (A) A proteção do consumidor é um princípio fundamental, previsto no art. 1º da Constituição Federal.
 - (B) A desconsideração da personalidade jurídica no CDC exige comprovação de má-fé do sócio.
 - (C) O Ministério Público não possui legitimidade para atuar na defesa do consumidor.
 - (D) A Política Nacional das Relações de Consumo tem como base a proteção da vida, saúde e segurança do consumidor.
 - (E) Apenas os direitos difusos podem ser tutelados por ação civil pública na área do consumidor.
- 86.** No que se refere à participação popular na proteção do meio ambiente, é correto afirmar que:
- (A) o direito à participação popular está restrito aos processos administrativos de licenciamento ambiental.
 - (B) a população pode participar da proteção ambiental por meio de conselhos ambientais e audiências públicas.
 - (C) a participação popular só é permitida na esfera federal.
 - (D) o Ministério Público é responsável por organizar os instrumentos de participação popular.
 - (E) a consulta pública é obrigatória apenas nos casos de interesse específico de comunidades indígenas.
- 87.** Sobre os direitos das pessoas com deficiência, conforme a legislação brasileira, marque a alternativa correta.
- (A) A inclusão social da pessoa com deficiência é facultativa às empresas privadas.
 - (B) O direito à acessibilidade é garantido apenas no âmbito da educação pública.
 - (C) A Lei Brasileira de Inclusão prevê a equiparação de oportunidades como objetivo fundamental.
 - (D) Não há sanções administrativas para quem descumprir normas de acessibilidade.
 - (E) A acessibilidade refere-se exclusivamente à eliminação de barreiras arquitetônicas.
- 88.** Sobre a finalidade do inquérito civil no âmbito do Ministério Público, marque a alternativa correta.
- (A) É peça obrigatória para ações civis públicas.
 - (B) Serve exclusivamente à apuração de ilícitos penais.
 - (C) É instaurado para apurar lesões a direitos coletivos, difusos ou individuais homogêneos.
 - (D) Sua instauração depende de prévia autorização judicial.
 - (E) Não admite arquivamento.

DIREITO EMPRESARIAL

EDILSON ENEDINO

- 89.** A Lei n. 9.279/1996 regula a propriedade industrial no Brasil. O registro dos bens imateriais da empresa no Instituto Nacional da Propriedade Industrial – INPI é condição indispensável à proteção da exclusividade de exploração. A referida lei assegura a possibilidade de arguição da nulidade do registro. Sobre o registro e sua validade, segundo a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar:
- (A) não é possível a arguição de nulidade como matéria de defesa em ação de infração de desenho industrial.
 - (B) para se reconhecer a imprescritibilidade da ação de nulidade de registro de marca, não é necessário demonstrar a notoriedade da marca, mas, sim, de haver má-fé do registrador, decorrente do uso indevido, sendo relevante a análise do comportamento das partes para tal definição.
 - (C) em ação de nulidade de registro de marca, a natureza da participação processual do INPI, quando não figurar como autor ou corréu, é de intervenção sui generis obrigatória, na condição de assistente especial, o que desloca a competência para a Justiça Federal.

- (D) para se reconhecer a imprescritibilidade da ação de nulidade de registro de marca, é necessário demonstrar a notoriedade da marca e haver má-fé do registrador, decorrente do uso indevido, sendo irrelevante a análise do comportamento das partes para tal definição.
- (E) a arguição de nulidade poderá ser suscitada somente em ação própria perante a Justiça Federal, ante a indispensável participação do INPI no processo.

90. Sobre a desconsideração da personalidade jurídica, segundo a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar:

- (A) é possível a desconsideração da personalidade jurídica incidentalmente no processo falimentar, independentemente de ação própria, verificada a fraude e a confusão patrimonial entre a falida e outras empresas.
- (B) a decisão de desconstituição da personalidade jurídica pela Justiça trabalhista enseja o reconhecimento de usurpação da competência do juízo falimentar, porque atinge direta e concretamente os bens da massa falida.
- (C) é possível a desconsideração da personalidade jurídica incidentalmente no processo falimentar, desde que promovida ação própria, verificada a fraude e a confusão patrimonial entre a falida e outras empresas.
- (D) a decisão de desconstituição da personalidade jurídica pelo juízo da execução fiscal enseja o reconhecimento de usurpação da competência do juízo falimentar, porque atinge os bens da massa falida.
- (E) não é possível a desconsideração da personalidade jurídica no processo falimentar, uma vez que a Lei n. 11.101/2005 já prevê a ação de responsabilização de sócios, a qual tem a mesma finalidade da desconsideração.

91. Sobre os processos de falência e recuperação judicial, o Superior Tribunal de Justiça tem firmado jurisprudência no seguinte sentido:

- (A) compete ao juízo falimentar decidir sobre a prescrição intercorrente de crédito tributário que se busca habilitar perante o juízo da falência, quando a sentença que reconhece a prescrição parcial dos créditos é posterior à vigência da Lei n. 14.112/2020, a qual instituiu o incidente de classificação de créditos públicos.
- (B) em relação aos processos de recuperação judicial em andamento no momento da entrada em vigor da Lei n. 14.112/2020, mas ainda pendente a concessão da recuperação judicial, não é necessário prazo pelo juízo da recuperação para comprovação da regularidade fiscal antes de decidir sobre o pedido.

(C) é nula a cláusula que possibilita nova convocação da assembleia geral de credores em caso de descumprimento do plano de recuperação judicial, em vez da imediata conversão em falência, como determina a lei.

(D) a validade de cláusula que possibilita nova convocação da assembleia geral de credores em caso de descumprimento do plano de recuperação judicial, em vez da imediata conversão em falência, depende da concordância do Comitê de Credores.

(E) considerando-se a nova disciplina adequada a oportunizar, no contexto da recuperação judicial, o equacionamento também das dívidas fiscais, infere-se que a partir da entrada em vigor da Lei n. 14.112/2020 torna-se exigível a apresentação das certidões de regularidade fiscal como condição para a homologação do plano de recuperação judicial.

92. A respeito do estabelecimento, das sociedades, da recuperação judicial e dos contratos empresariais, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça tem entendido que:

- (A) a instalação de lojas do mesmo ramo em shopping center configura atividade predatória e ofensa ao *tenant mix*, independentemente do que consta dos contratos firmados com os lojistas.
- (B) é válida a pactuação da cláusula *del credere* nos contratos de agência ou distribuição por aproximação.
- (C) os acionistas ex-administradores e controladores da instituição financeira não têm legitimidade para intervir no processo de falência instaurado a pedido do liquidante, salvo se obtiverem prévia autorização da assembleia geral, em se tratando de falência decorrente de procedimento de liquidação extrajudicial.
- (D) é válido o instrumento de confissão de dívida cuja origem decorre de valores cedidos em contrato de fomento mercantil (*factoring*), pois o referido instrumento de confissão, assinado pelo devedor e duas testemunhas, tem força executiva.
- (E) quando não restar comprovado o abuso de direito de voto por parte do credor que se manifestou contrário ao plano recuperacional, não é possível deferir a recuperação judicial sem a aprovação do plano pelo quórum previsto no art. 45 da Lei n. 11.101/2005 e sem o atendimento cumulativo de todos os requisitos do art. 58, § 1º, da referida lei, para a aplicação do *cram down*.

DIREITOS HUMANOS**MATHEUS ATALANIO**

- 93.** Com relação à Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), é correto afirmar que:
- (A) A DUDH estabelece que todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos, independentemente de qualquer distinção.
 - (B) A DUDH limita o direito ao trabalho apenas às pessoas que possuam qualificações específicas exigidas pelo mercado.
 - (C) De acordo com a DUDH, a liberdade de expressão pode ser restringida apenas para proteger a honra e a reputação de outras pessoas.
 - (D) A DUDH permite que apenas homens e mulheres de uma mesma nacionalidade se casem livremente.
 - (E) A DUDH prevê o direito à segurança social exclusivamente para os cidadãos dos Estados-Membros da ONU.
- 94.** Em relação ao Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei n. 13.146/2015), é correto afirmar que:
- (A) a pessoa com deficiência é considerada incapaz de realizar atos da vida civil, independentemente de sua condição cognitiva.
 - (B) o Estatuto assegura à pessoa com deficiência o direito de acesso à educação inclusiva em todos os níveis de ensino.
 - (C) o Estatuto estabelece que a pessoa com deficiência deve ser institucionalizada quando seu convívio social representar um desafio.
 - (D) a Lei n. 13.146/2015 limita o direito ao trabalho da pessoa com deficiência ao setor público.
 - (E) a capacidade de decisão da pessoa com deficiência é reconhecida apenas para questões relacionadas à sua saúde.
- 95.** Em relação à liberdade de expressão e de pensamento prevista pela Convenção Americana sobre Direitos Humanos (CADH), é correto afirmar que:
- (A) A liberdade de pensamento e expressão só pode ser exercida em espaços públicos.
 - (B) A CADH prevê que a liberdade de expressão inclui o direito de procurar, receber e difundir informações e ideias de toda natureza.
 - (C) A CADH não permite qualquer forma de censura prévia, independentemente das circunstâncias.
 - (D) A liberdade de pensamento é limitada apenas a comunicações verbais e não inclui outros meios de expressão.
 - (E) A CADH prevê que a liberdade de expressão é garantida apenas para aqueles que têm autorização prévia das autoridades competentes.

- 96.** Sobre a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (CADH), é correto afirmar que:
- (A) a CADH permite a prisão de qualquer pessoa, sem necessidade de justificativa, desde que isso não ultrapasse 72 horas.
 - (B) a CADH garante o direito de petição individual perante a Corte Interamericana de Direitos Humanos.
 - (C) o direito à vida é garantido pela CADH desde o momento da concepção.
 - (D) a CADH assegura a todos os indivíduos o direito de permanecer em liberdade, ainda que seja acusada formalmente de cometer um crime grave.
 - (E) o direito ao devido processo legal é garantido apenas para cidadãos dos Estados Partes da Convenção.

DIREITO ELEITORAL**ODAIR JOSÉ**

- 97.** A Constituição Federal veda a cassação de direitos políticos, mas admite a privação em hipóteses específicas, tal como a previsão de suspensão dos direitos políticos em razão da condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem os seus efeitos.
- Sobre esse tema, nos termos da Constituição Federal e da jurisprudência em vigor, assinale a única alternativa correta.
- (A) Não há a suspensão dos direitos políticos quando da condenação por prática de contravenção penal.
 - (B) A suspensão dos direitos políticos, em razão da condenação criminal transitada em julgado, aplica-se no caso de substituição da pena privativa de liberdade pela restritiva de direitos.
 - (C) A suspensão de direitos políticos decorrente de condenação criminal transitada em julgado cessa com o cumprimento ou a extinção da pena, exigida a prova de reabilitação e a reparação dos danos.
 - (D) A suspensão de direitos políticos abrange apenas a capacidade eleitoral passiva, impedindo o condenado a se candidatar a cargos eletivos.
 - (E) Embora a suspensão dos direitos políticos seja efeito automático da condenação criminal transitada em julgado, declaração de suspensão depende de declaração expressa expedida pela Justiça Eleitoral.

98. Conforme determina a Constituição Federal, a composição da Justiça Eleitoral é híbrida, seus membros são oriundos de tribunais distintos e até mesmo da carreira advocatícia. Sobre esse tema, julgue as afirmativas a seguir.

- I – O vínculo conjugal de advogada com juiz de direito membro do Tribunal de Justiça local não configura prática de nepotismo, não impedindo a participação da indicada em lista tríplice de Tribunal Regional Eleitoral na classe de jurista.
- II – A convocação de membro substituto para compor temporariamente o colegiado de Tribunal Regional Eleitoral obsta a indicação em lista tríplice como membro desse mesmo Tribunal, ainda que ocorra a prévia desincompatibilização.
- III – A Justiça age por provocação, razão pela qual compete ao Ministério Público, e não ao juiz eleitoral, o exercício do poder de polícia para fazer cessar propaganda eleitoral irregular.
- IV – A Ordem dos Advogados do Brasil não participa do procedimento de indicação de advogados para composição de Tribunal Regional Eleitoral.

Está correta apenas o que se afirma em

- (A) I e II.
- (B) II e III.
- (C) I e IV.
- (D) I, II e III.
- (E) II, III e IV.

99. Preceitua o Código Eleitoral que “a partir da escolha de candidatos em convenção, é assegurado o direito de resposta a candidato, partido ou coligação atingidos, ainda que de forma indireta, por conceito, imagem ou afirmação caluniosa, difamatória, injuriosa ou sabidamente inverídica, difundidos por qualquer veículo de comunicação social”. Sobre esse tema, julgue as afirmativas a seguir.

- I – Inexistência do direito de resposta se o fato mencionado for verdadeiro, ainda que prevaleça a presunção de inocência.
- II – É obrigatório ao juiz ou relator ouvir o Ministério Público Eleitoral nas representações a que se refere ao direito de resposta, desde que não exceda o prazo máximo para decisão.
- III – Recebido o pedido, a Justiça Eleitoral notificará imediatamente o ofensor para que se defenda em vinte e quatro horas, devendo a decisão ser prolatada no prazo máximo de setenta e duas horas da data da formulação do pedido.

Está correto apenas o que se afirma em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e III.
- (E) I, II e III.

100. Mévio e Caio, eleitos prefeito e vice-prefeito, respectivamente, da cidade Alfa no ano de 2020, foram denunciados pelo Ministério Público Eleitoral pela prática de abuso de poder econômico durante a campanha eleitoral. A ação foi julgada procedente e em definitivo pela Justiça Eleitoral somente em 10 de dezembro de 2022, quando ainda faltava pouco mais de dois anos para o término do mandato.

Ante o exposto, analise as afirmativas a seguir e assinale a única alternativa correta nos termos da legislação eleitoral em vigor.

- (A) O termo inicial da inelegibilidade de Mévio e Caio será a data da sentença definitiva.
- (B) A inelegibilidade de Caio tem início na data em que ocorreu a eleição de 2020 e termo final em data igual oito anos depois.
- (C) A inelegibilidade por abuso de poder econômico somente se aplicará a Mévio e Caio com o trânsito em julgado da sentença condenatória.
- (D) O abuso de poder econômico somente se configura quando o autor é candidato a um cargo eletivo.
- (E) Mévio e Caio ficarão inelegíveis pelo tempo restante do mandato eletivo e os oito anos subsequentes.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SIMULADO PREPARATÓRIO

2º SIMULADO

ANALISTA JURÍDICO (PRÉ-EDITAL)

FOLHA DE RESPOSTAS

[illegible]

GRANXPERS

O POTENCIAL VOCÊ JÁ TEM.

Nós só precisamos te mostrar,
para juntos correremos rumo
à sua aprovação.

O programa de coaching do Gran é o diferencial na sua preparação. Com ele, você chega mais longe e mais rápido. Nosso time de Xperts está de prontidão para guiar nossos alunos por caminhos em que o estudo é mais pragmático e organizado e o aprendizado vem de forma mais fácil e segura.



PERSONALIZAÇÃO

Seu coach irá te apoiar e direcionar pelos longos e difíceis caminhos do estudo. Com técnicas e táticas personalizadas de acordo com suas necessidades, um plano estratégico de estudos será traçado para que você alcance resultados mais rápidos e satisfatórios.



ACOMPANHAMENTO DE ROTINA

Com planos feitos, resta colocá-los em prática. Com ajuda para gerenciar e desenvolver sua rotina, você consegue ajustar sua jornada diária para que todas as suas necessidades sejam preenchidas ao longo das horas. Principalmente os estudos!



PERCEPÇÃO DE CAPACIDADES

Onde você é muito bom, em que precisa melhorar, quais são seus limites, onde necessita de mais ajuda. Seu coach terá uma percepção clara de como você funciona e como deverá traçar suas metas e objetivos.



MOTIVAÇÃO

Uma batalha travada com amigos ao lado é sempre mais fácil de encarar. Conte sempre com apoio, motivação, suporte, dicas, palavras de ânimo e, se precisar, até puxões de orelha que vão fazer você chegar aonde sempre sonhou.

Contato para vendas:

 (61) 99884-6348 | De segunda a quinta até as 22h e sexta até as 21h.



Quero fazer parte do
programa granxperts